



Informações Financeiras Intermediárias “Carve-Out”

Estrada de Ferro Vitória a Minas 30 de Setembro de 2018



Estrada de Ferro Vitória a Minas
Índice das Informações Financeiras Intermediárias “Carve-out”
Em 30 de Setembro de 2018

	Página
Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias “Carve-out”	3
Demonstração do Resultado	5
Balanço Patrimonial	6
Notas Explicativas às informações financeiras intermediárias “carve-out”	7



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias "Carve-out"

**Aos Administradores e Acionistas da
Vale S.A**
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias "Carve-out" da Estrada de Ferro Vitória a Minas ("Ferrovia") da Vale S.A. ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial "Carve-out" em 30 de setembro de 2018 e a demonstração do resultado "Carve-out" para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias "carve-out" de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias "Carve-out" com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias "Carve-out"

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias "Carve-out" incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias "carve-out"

Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 2 às informações financeiras intermediárias "Carve-out" que descreve os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Esta também destaca que as informações financeiras intermediárias "Carve-out" foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir com os requisitos descritos no parágrafo "Restrição sobre uso e distribuição". Conseqüentemente, essas informações financeiras intermediárias "Carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Ferrovia como uma entidade jurídica. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Restrição sobre uso e distribuição

Estas informações financeiras intermediárias "Carve-out" foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do "Termo de Compromisso" e seu respectivo termo aditivo firmado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia. Conseqüentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação dos administradores da Vale S.A. e da ANTT e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não a Vale S.A. e a ANTT.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	Notas	30 de setembro de 2018	30 de setembro de 2017
		(não auditado)	(não auditado)
Receita de serviços, líquida	11	1.897.923	1.924.168
Custos dos serviços prestados	12(a)	(1.432.809)	(1.362.233)
Lucro bruto		465.114	561.935
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	12(b)	(16.501)	(12.238)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	12(c)	51.271	34.084
		34.770	21.846
Lucro operacional		499.884	583.781
Resultado financeiro	13	(17.338)	198.506
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		482.546	782.287
Tributos sobre o lucro	9		
Imposto de renda		(120.637)	(195.572)
Contribuição social		(43.429)	(70.406)
		(164.066)	(265.978)
Lucro líquido do período		318.480	516.309

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “carve-out”.

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
		(não auditado)	
Ativo			
Circulante			
Partes relacionadas	15	26.833	28.589
Almoxarifado	2(d)	80.841	72.317
Outros		11.369	16.332
		119.043	117.238
Não circulante			
Partes relacionadas	15	6.774.815	5.987.838
Tributos a recuperar	6	43.926	35.646
Depósitos judiciais	7	483.839	515.769
		7.302.580	6.539.253
Intangível	4	2.759.390	2.607.422
Imobilizado	5	2.717.361	2.787.433
		5.476.751	5.394.855
Total do ativo		12.898.374	12.051.346
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e empreiteiros	2 (h)	226.259	149.791
Obrigações sociais e tributárias	6	2.006.765	1.715.109
Partes relacionadas	15	97.085	-
Dividendos a pagar	10 (c)	-	155.903
		2.330.109	2.020.803
Não circulante			
Provisões para processos judiciais	7	593.997	705.742
Provisão para RFFSA	8	2.924.461	2.593.475
		3.518.458	3.299.217
Total do passivo		5.848.567	5.320.020
Patrimônio líquido			
Contribuição de capital	10	4.511.543	4.511.543
Resultados acumulados		2.538.264	2.219.783
Total do patrimônio líquido		7.049.807	6.731.326
Total do passivo e patrimônio líquido		12.898.374	12.051.346

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “carve-out”.

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Notas Explicativas às informações financeiras intermediárias “carve-out”

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Vitória a Minas (a "Ferrovia" ou "EFVM") compreende uma ferrovia de 905 quilômetros, que interliga as minas de Itabira no Estado de Minas Gerais ao porto de Tubarão em Vitória - Espírito Santo, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. ("Vale" ou a "Companhia"), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como aço, carvão, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

De 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018, a Ferrovia transportou 82.931 mil TU toneladas de produtos (88.322 mil TU em 2017) e 808 mil passageiros (728 mil em 2017).

2. Sumário das principais práticas contábeis

a) Base de apresentação e preparação

Estas demonstrações financeiras “carve-out” representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Vitória a Minas e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale.

Esses registros contábeis foram preparados considerando o custo histórico como base de valor e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e combinados com critérios estabelecidos no Termo de Compromisso celebrado em 13 de novembro de 2006 e respectivo termo aditivo datado de 10 de junho de 2008 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 26 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 21 de dezembro de 2007 e nº3847, publicada em 26 de junho de 2013.

Estas informações financeiras intermediárias “carve-out” contemplam somente balanço patrimonial e demonstração do resultado conforme requerido pelo “Termo de Compromisso” mencionado acima.

As principais práticas contábeis e critérios utilizados na preparação destas informações financeiras intermediárias “carve-out” são como segue:

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras “carve-out” da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Real (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa ou receita financeira.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Ferrovia classifica seus ativos e passivos como circulantes quando espera realizar os ativos e liquidar os passivos em até doze meses após a data do relatório. Outros ativos e passivos são classificados como não circulantes.

d) Almozarifado

O almozarifado é composto de materiais de consumo e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e, quando aplicável, uma estimativa de perdas com materiais obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida. Não há provisões para ajuste a valor de realização.

e) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia possui concessão para explorar bens de ferrovias por um período de tempo determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangíveis	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

f) Imobilizado

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

g) Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Ferrovia avalia, a cada divulgação, se existem evidências objetivas de que o valor contábil de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos não financeiros de longa duração, devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é efetuada uma análise comparativa entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados para o ativo, e quando há algum indicador de que o valor não seja recuperável, é efetuada o ajuste de *impairment*.

Para os ativos não financeiros de longa duração (como, intangíveis ou imobilizados), quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais exista fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado de forma sistemática a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

A Ferrovia determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são projetados com base na vida útil de cada unidade e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não há registro de *impairment* de ativos nas informações financeiras intermediárias “carve-out” da ferrovia.

h) Fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens que foram adquiridas no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Em 30 de setembro de 2018 o saldo em aberto com fornecedores e empreiteiros era de R\$ 226.259 (R\$ 149.791 em 31 de dezembro de 2017).

i) Obrigações sociais e tributárias

Os pagamentos de benefícios tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam o recolhimento de Impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS proveniente das receitas da companhia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

j) Provisões

(i) Provisão para processos judiciais

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Ferrovia. A provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

(ii) RFFSA

A provisão refere-se a discussões de investimentos realizados pela ferrovia em discussão com a Rede Ferroviária Federal S/A (“RFFSA”). As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

k) Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Este pronunciamento traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, um novo modelo de redução ao valor recuperável e novas regras para contabilização de hedge accounting.

- Classificação e mensuração - De acordo com a IFRS 9, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo (e inclui os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado).

Os investimentos em instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente a valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), custo amortizado ou valor justo por meio do resultado abrangente ("FVOCI"). A classificação é baseada em duas condições: o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e se os termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto ("SPPI").

A categoria FVOCI inclui apenas instrumentos patrimoniais que não os mantidos para venda e, para os quais a Companhia elegeu de forma irrevogável essa designação quando do seu reconhecimento inicial. Os ganhos ou perdas dos instrumentos patrimoniais classificados como FVOCI não são reciclados para o resultado quando da sua baixa e também não estão sujeitos a avaliação de impairment pela IFRS 9.

Não há impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias resultantes da aplicação do IFRS 9.

l) Receita de serviços

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes aos serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço de transferência para o minério próprio transportado, conforme critérios estabelecidos no "Termo de Compromisso" e no aditivo datado de 10 de junho de 2008.

m) Impostos incidentes sobre receita de transporte próprio

A partir de 1º de janeiro de 2008, PIS, COFINS e ICMS passaram a ser reconhecidos sobre a receita de transporte próprio, conforme cláusula terceira, letra "f", do primeiro termo aditivo ao "Termo de Compromisso" datado de 10 de junho de 2008.

n) Despesas administrativas do centro corporativo

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

o) Outras despesas e receitas operacionais

Conforme determinado no "Termo de Compromisso e respectivo termo aditivo", o saldo de outras despesas/receitas operacionais quando identificadas serão alocados diretamente à Ferrovia.

p) Tributos corrente e diferido sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada período. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para o imposto de renda foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro.

q) Partes relacionadas

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (Nota Explicativa nº21) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários. Conforme determinado no “Termo de Compromisso” e respectivo termo aditivo, o saldo da “nova” conta de “disponibilidades”, denominada partes relacionadas nesta demonstração financeira “carve-out”, criada para registrar a movimentação das disponibilidades, inclusive as decorrentes do transporte de minério próprio, quando for devedor, será remunerado ao final de cada mês com base na forma dos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas e a contrapartida na conta “receitas financeiras”. Quando o saldo for credor será transferido para passivo e a Ferrovia remunerará a Vale ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Companhia com contrapartida na conta de despesas financeiras.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das Informações Financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas Informações Financeiras estão assim apresentadas:

a) Impairment

A Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis (quando há evidência de *impairment*) e intangíveis (anualmente) segregados por unidade geradora de caixa, utilizando modelos de fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

b) Processos judiciais

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4. Intangível

	30 de setembro de 2018 (não auditado)			31 de dezembro de 2017		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Concessões	4.032.763	(1.273.373)	2.759.390	3.849.256	(1.241.834)	2.607.422
Total	4.032.763	(1.273.373)	2.759.390	3.849.256	(1.241.834)	2.607.422

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no período:

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.519.344
Adições	228.714
Amortização	(71.810)
Baixas	(7.935)
Saldo em 30 de setembro de 2017 (não auditado)	2.668.313
	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.607.422
Adições	229.408
Amortização	(62.961)
Baixas	(14.479)
Saldo em 30 de setembro de 2018 (não auditado)	2.759.390

5. Imobilizado

	30 de setembro de 2018 (não auditado)			31 de dezembro de 2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	1.364.605	(647.151)	717.454	1.493.254	(631.374)	861.880
Instalações	1.952.484	(632.231)	1.320.253	1.822.290	(599.011)	1.223.279
Equipamentos	474.735	(294.537)	180.198	475.052	(259.186)	215.866
Outros	789.857	(477.985)	311.872	762.849	(453.367)	309.482
Imobilizado em curso	187.584	-	187.584	176.926	-	176.926
Total	4.769.267	(2.051.906)	2.717.361	4.730.371	(1.942.938)	2.787.433

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos imobilizados ocorridas no período:

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	767.664	1.226.645	225.245	593.117	68.583	2.881.254
Adições	-	-	-	-	146.449	146.449
Baixas Ajuste centro de lucro	(21.360)	(377)	(386)	(41.553)	(84.110)	(147.786)
Depreciação e amortização	(26.869)	(38.457)	(24.008)	(133.864)	-	(223.198)
Transferências	56.508	184.730	178.027	(331.915)	(87.350)	-
Saldo em 30 de setembro de 2017 (não auditado)	775.943	1.372.541	378.878	85.785	43.572	2.656.719
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	861.880	1.223.279	215.866	309.482	176.926	2.787.433
Adições	-	-	-	-	104.838	104.8438
Baixas Ajuste centro de lucro	(24.156)	-	-	(1.207)	(10.205)	(35.568)
Depreciação e amortização	(20.790)	(38.843)	(30.826)	(48.883)	-	(139.342)
Transferências	(99.480)	135.817	(4.842)	52.480	(83.975)	(0)
Saldo em 30 de setembro de 2018 (não auditado)	717.454	1.320.253	180.198	311.872	187.584	2.717.361

6. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição dos tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias:

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	31 de dezembro de 2017
Ativo		
ICMS	43.926	35.646
	43.926	35.646
Passivo		
Obrigações sociais	214.187	142.583
PIS	21.363	27.565
COFINS	386.577	415.354
ISS	2.206	1.952
IRPJ	806.752	686.115
CSLL	295.234	251.805
Outras	280.447	189.735
Total	2.006.765	1.715.109

7. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambiental, as quais estão sendo discutidas tanto na esfera administrativa quanto na judicial, sendo amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

As variações dos processos judiciais são os seguintes:

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.938	47.193	651.272	3.339	705.742
Adições reversões	1.675	3.062	(4.205)	234	766
Pagamento	-	(2.234)	(72.814)	(434)	(75.222)
Atualizações monetárias	2.213	(6.304)	(32.765)	(174)	(37.290)
Saldo em 30 de setembro de 2018 (não auditado)	7.826	41.717	541.488	2.965	593.997

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.880	42.910	628.442	3.346	678.578
Adições reversões	-	2.479	141.714	-	144.193
Pagamento	-	(2.290)	(136.916)	-	(139.206)
Atualizações monetárias	133	2.704	21.411	234	24.482
Saldo em 30 de setembro de 2017 (não auditado)	4.013	45.803	654.651	3.580	708.047

Correlacionados às provisões, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias exigidas judicialmente, atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Ferrovia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Os depósitos judiciais estão assim representados:

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	31 de dezembro de 2017
Processos tributários	27.089	22.605
Processos cíveis	10.440	11.648
Processos trabalhistas	445.829	481.079
Processos Ambientais	481	437
Total	483.839	515.769

A Companhia discute nas esferas administrativas e judiciais ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão assim representados:

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	31 de dezembro de 2017
Processos tributários	1.633.249	1.582.663
Processos cíveis	290.639	286.015
Processos trabalhistas	1.560.843	1.376.444
Processos ambientais	1.253	1.904
Total	3.485.984	3.247.026

8. Provisão para RFFSA

A provisão refere-se a discussões de investimentos realizados pela Ferrovia em discussão com a Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"). A provisão é corrigida mensalmente pela taxa IGPM e durante o exercício findo em 30 de setembro de 2018 (não auditado) a Ferrovia reconheceu R\$ 2.924.461 no passivo (R\$ 2.593.475 em 31 de dezembro de 2017).

9. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária e efetiva nos exercícios apresentados é de 34%.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro nas informações financeiras intermediárias "carve-out" está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	482.586	782.287
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(164.066)	(265.978)

10. Patrimônio Líquido

a) Contribuição de Capital

A contribuição de capital é de R\$ 4.511.543 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Resultados Acumulados

Os resultados acumulados são de R\$ 2.538.264 e serão distribuídos conforme as reservas previstas no Estatuto Social da Vale, sendo:

Reserva de Investimento - tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Vale, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social.

Reserva de Legal - constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de Incentivos Fiscais - resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais.

Reserva de Remuneração Adicional Proposta - resulta da parcela da remuneração proposta, feita pela administração, que excede a remuneração mínima obrigatória estabelecida no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil, baseado em seu lucro líquido ajustado, resultando em um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 155.903. Em dezembro de 2017 foi contabilizado como "Dividendos a pagar" no passivo circulante.

11. Receita de Serviços, líquida

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Transporte próprio da Vale	1.780.048	1.829.810
Transporte de carga geral e de passageiros	203.473	175.878
Receita acessória de transporte	346.982	360.859
Abatimentos e cancelamentos	(1.682)	(1.358)
Impostos sobre receitas	(430.898)	(441.021)
Total	1.897.923	1.924.168

12. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas e administrativas e outras despesas (receitas) operacionais, líquidas por natureza

a) Custos de produtos vendidos e serviços prestados

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Pessoal	(411.922)	(387.314)
Material e serviço	(399.714)	(325.932)
Óleo combustível e gases	(282.104)	(248.211)
Depreciação e exaustão	(279.828)	(289.473)
Outros	(59.242)	(111.303)
Total	(1.432.809)	(1.362.233)

b) Despesas com vendas e administrativas

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Pessoal	(9.210)	(5.751)
Serviços	(2.864)	(1.591)
Depreciação e amortização	(2.340)	(3.427)
Outras	(2.088)	(1.469)
Total	(16.501)	(12.238)

c) Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Provisão para processos judiciais	(766)	(21.936)
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.659)	(2.487)
Venda de Materiais	10.680	11.566
Outras	44.016	46.941
Total	51.272	34.084

13. Resultado financeiro

Os resultados financeiros ocorridos nos períodos, registrados por natureza e competência, são:

	30 de setembro de 2018 (não auditado)	30 de setembro de 2017 (não auditado)
Despesas financeiras		
Juros	(106)	(688)
Variações monetárias e cambiais	(326.994)	(184.573)
	(327.100)	(185.261)
Receitas financeiras		
Juros	293.714	356.514
Variação monetária e cambial	16.048	27.253
	309.762	383.767
Resultado financeiro líquido	(17.338)	198.506

14. Compromissos

A Companhia celebrou com o governo brasileiro por intermédio do ministério dos transportes, contratos de concessão não onerosa para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços. Os registros contábeis das concessões estão classificados como ativo intangível, conforme nota 4. O prazo de concessão da ferrovia termina em junho de 2027 ou em caso de término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

15. Partes Relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas Informações Financeiras Intermediárias “Carve-out” podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, líquida	
	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de setembro de 2018	30 de setembro de 2017
	(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)	(não auditado)
Vale (i)	6.774.815	5.987.838	-	-	1.441.221	1.539.986
VLI	18.808	19.413	97.085	-	456.702	384.182
Outros	8.025	9.176	-	-	-	-
Total	6.801.648	6.016.427	97.085	-	1.897.923	1.924.168

* * *

Dioni Barboza Brasil

Gerente de Informações Financeiras

TC-CRC-RJ 083305/O-8